

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

Atena
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0640-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.402221010>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, reverberado de um processo histórico, também vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência.

Este livro, intitulado **“Educação: Avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina”**, da forma como se organiza, assume um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de espaços de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade acadêmica, escolar e toda a sociedade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem esta obra tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os entrecruzam.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares as diversas problemáticas que os movem. O ato de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobiliza-se também os/as leitores/as, os/as incentivando a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a Educação. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa, lúdica e engajada leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210101>

CAPÍTULO 2..... 12

A TRAMITAÇÃO DA LEI “DARCY RIBEIRO” E INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A AMÉRICA LATINA


Suzana Pinguello Morgado
Vanessa Freitag de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210102>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM IMIGRANTES ADULTOS: ENSINO, ACOLHIMENTO E SOLIDARIEDADE DE CLASSES


Ana Paula Santana de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210103>

CAPÍTULO 4..... 38

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ALINHADA À BNCC: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE


Verediana Fernandes Sobradriel Fim
Lilian Fávoro Alegrâncio Iwasse
Viviane da Silva Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210104>

CAPÍTULO 5..... 54

AFETAR O OUTRO SENSIVELMENTE


Kássia Silva de Freitas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210105>

CAPÍTULO 6..... 63

COMPARTILHAR CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA


Renata Cervinhani
Arthur Guaberto Bacelar Urpia
Letícia Fleig Dal Forno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210106>

CAPÍTULO 7	77
FORMAÇÃO DOCENTE: O CURRÍCULO COM PROJETOS, TÁTICAS E LAÇOS PARA A CRIAÇÃO DE ‘CONHECIMENTOSSIGNIFICAÇÕES’	
Andrea de Farias Castro	
Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210107	
CAPÍTULO 8	82
IMPORTÂNCIA E LIMITES DOS CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – CACS	
Daniel Marques de Freitas	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210108	
CAPÍTULO 9	93
ESCUA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: DESAFIOS DOCENTES E A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO AMAZONAS	
Emerson Sandro Silva Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210109	
CAPÍTULO 10	112
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE	
Maria Ilda de Ornelas Velosa Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101010	
CAPÍTULO 11	123
DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PIBID EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DO SUPERVISOR, DE PROFESSORES E PIBIDIANOS	
Joel Ramos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101011	
CAPÍTULO 12	129
POLÍTICA EDUCACIONAL E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Mauro Antonio de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101012	
CAPÍTULO 13	138
SOCIEDADE CIVIL ATIVA E NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: AS FORMULAÇÕES DO IBP E O PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DA REDUC	
Marcio Douglas Floriano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101013	
CAPÍTULO 14	151
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE	

SURDOS E SUA EFETIVIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ana Beatriz Oliveira da Silva
Iago Quinto Brandão
Lucas dos Santos da Silva
Kelly Rodrigues Barbosa
Sheyla de Nazaré da Silva Chaves
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101014>

CAPÍTULO 15..... 168

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Aldaci Lopes
Ana Cabanas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101015>

CAPÍTULO 16..... 181

TEORIA POSITIVISTA-FUNCIONALISTA E EDUCAÇÃO: PENSANDO OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA O SÉCULO XXI


Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101016>

CAPÍTULO 17..... 189

UM ESTUDO DO APROVEITAMENTO DE VAGAS E TAXA DE CONCLUINTES EM CURSOS A DISTÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO VINCULADA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL


Renata Patrícia Lima Jeronymo Moreira Pinto
Antonio Marcos Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101017>

CAPÍTULO 18..... 201

A INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA


Danielly da Silva Francisco
Rudson Carlos da Silva Jovano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101018>

CAPÍTULO 19..... 208

OS MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE REPORTAGENS, SOBRE AS PROFISSÕES DO LUGAR, ESCRITAS POR ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Quitéria da Silva
Adna de Almeida Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101019>

CAPÍTULO 20.....226

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laurena Brandão de Oliveira e Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101020>

CAPÍTULO 21.....233

A EFETIVAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO VIRTUAL

Eulália Cristina Ferreira Barros

Cassiana Fagundes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101021>

CAPÍTULO 22.....243

DINAMIZANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA E GEOMETRIA COM O AUXÍLIO DO SOFTWARE GEOGEBRA

Lidiane Ferreira Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101022>

CAPÍTULO 23.....249

TEORIA E PRÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORAS QUE ENSINAM MATEMÁTICA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DO PNAIC

Daniela Guse

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101023>

CAPÍTULO 24.....262

SER ALUNO E PACIENTE: UM NOVO OLHAR SOBRE O ACESSO PEDAGÓGICO HOSPITALAR

Amanda Flores Scremin

Jane Schumacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101024>

CAPÍTULO 25.....274

INSPETOR ESCOLAR – FUNÇÃO ESQUECIDA

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101025>

SOBRE OS ORGANIZADORES281

ÍNDICE REMISSIVO.....282

CAPÍTULO 13

SOCIEDADE CIVIL ATIVA E NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: AS FORMULAÇÕES DO IBP E O PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DA REDUC

Data de aceite: 03/10/2022

Marcio Douglas Floriano

Doutorando em Educação do PPGE-UFRJ

RESUMO: A recomposição burguesa, visando retomar os níveis de acumulação auferidos até a década de 1970, deu origem, inicialmente, ao neoliberalismo, com desestruturação do Estado de Bem Estar (sobretudo no centro do capitalismo) e depois ao social liberalismo (neoliberalismo de Terceira Via), que se configura em uma “positivação” da sociedade civil, perda da centralidade do trabalho e na construção de um “cidadão de novo tipo”, afeito e formatado com ações de cunho empreendedorista, voluntarista e que busca uma formação profissional com ênfase no trabalho simples. O social liberalismo é uma tentativa de humanização do capitalismo. Nesse contexto, o presente trabalho analisa como as ações de responsabilidade social (RS) de empresas da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), situadas no segundo distrito do município de Duque de Caxias (Campos Elíseos), sobretudo seu programa Petrobras Socioambiental, desenvolvido nas comunidades e no âmbito de escolas municipais, concorrem para consolidar novas sociabilidades e formatar esse novo cidadão no seu entorno. Concluiu-se, preliminarmente, que as práticas de responsabilidade social da REDUC se baseiam nas formulações do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, importante

Aparelho Privado de Hegemonia da burguesia, operam na “frente de humanização” da indústria do petróleo a partir da educação do consenso entre as classes e das novas sociabilidades do capital, representadas pelo neoliberalismo de Terceira Via e que tais práticas cumprem uma dupla função: conformar as populações circunvizinhas das empresas em relação ao risco socioambiental trazido pelas atividades de produção, exploração do petróleo e aumentar o valor de mercado das empresas, visto que, a RS se configura como um ativo de mercado atualmente.

INTRODUÇÃO

O projeto de recomposição burguesa implementado a partir da década de 1970, tem como objetivo principal, a retomada do desenvolvimento e, sobretudo, das taxas de lucros auferidos pelas classes dominantes nos “anos dourados” do modo de produção capitalista¹, quando a articulação do modelo fordista-keynesiano garantiu sobremaneira a acumulação dessas classes. Os frutos de tal arranjos foram apropriados, principalmente, nos países centrais do capitalismo. Entretanto, esse bem-estar de uma parte minoritária da população mundial foi garantido pela superexploração do trabalho e pela expropriação de recursos dos países da periferia do capitalismo.

As sucessivas crises estruturais do capitalismo, posteriores a década de 1970, além

¹ HOBBSAWN, 1997

de evidenciar o esgotamento do fordismo-keynesianismo, impulsionaram uma reformulação conservadora nas sociabilidades² que sustentavam tal modelo e, sobretudo, nas relações sociais de produção. Uma série de fatores concorreram para a diminuição das margens do crescimento econômico significativo do período entre o final da 2ª Guerra e o início da década de 1970, dentre os quais podem-se citar: a) aumento do preço da força de trabalho, suscitado pelas lutas dos trabalhadores no centro do capitalismo nos de 1960 e início de 1970; b) o esgotamento do modelo taylorista/fordista de produzir, dado a sua incapacidade de responder a retração do consumo; c) a hipertrofia do capital financeiro, que fugindo dos baixos lucros dos setores produtivos provocaram uma financeirização da economia mundial a partir da década de 1970; d) a crise do Welfare State, com a conseqüente crise fiscal dos estados e um movimento de privatização de suas funções (ANTUNES, 2009).

Com o fim da experiência socialista, as classes dominantes ficaram com o caminho livre para reconfigurar o pacto entre classes celebrado com o Welfare State, em muitos casos, rompendo com o modelo social democrata. Nesse sentido, pode-se inferir que o surgimento do neoliralismo deu-se no seio das sociedades centrais do capitalismo, como estratégia de apropriação maior do fundo público, maior exploração da força de trabalho, ampliação das formas de enriquecimento das classes hegemônicas e enfrentamento das organizações sindicais e trabalhistas, apontadas dentre as principais causas da crise de acumulação. Destaca-se também nesse contexto a contrarreforma³ do Estado empreendida pela ordem neoliberal, com objetivo de desregular e agilizar os fluxos de capitais e aprofundar a flexibilização da força de trabalho, visando recuperar o ritmo do processo de obtenção da mais valia.

Embora a reformulação (conservadora) empreendida pelo neoliberalismo tenha logrado relativo êxito em liberalizar o movimento do capital, sobretudo nos países da periferia do capitalismo, também engendrou uma dramática piora nas condições de sobrevivência das classes subalternas. O enfrentamento intransigente do neoliberalismo aos sindicatos, concebidos como grande inimigo da acumulação e as políticas de estado mínimo, atingiram a classe trabalhadora em cheio, criando esfera de individualismo, desilusão com formas associativas/coletivas de luta de classes e fomentando os “novos movimentos sociais”, dissociados das questões classistas e “engajados” em formas fragmentadas de luta e descrentes de mudanças estruturais⁴.

2 O que se entende aqui por sociabilidade remete a seguinte definição: “**A sociabilidade**” ou “**conformismo social**”(-grifos do autor) corresponde à forma com que os homens e as classe produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, sob mediação das bases concretas, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presente num certo contexto MARTINS, 2010).

3 Coutinho (2010) define o neoliberalismo não como revolução passiva, mas como uma contrarreforma, conceito com o qual concordamos, no sentido de que uma revolução passiva contemplaria dois movimentos: restauração e renovação. Nessa perspectiva, a classe dominante reage, de forma conservadora e por vezes, até com coerção, a uma tentativa contra-hegemônica das classes subalternas -restauração. Contudo, essa mesma classe dominante absorve e concede algumas demandas da classe subalterna –renovação. O neoliberalismo, ao contrário, retira direitos trabalhistas, sociais, dentre outros, das classes subalternas e por isso não pode ser considerado uma revolução passiva.

4 Aqui não se objetiva criticar os “novos movimentos sociais”, pelo contrário. As lutas por reconhecimento que envolvem questões de gênero, raça, juvenis, etc., são entendidas como mediações imprescindíveis e absolutamente indispensá-

Esse processo (neoliberalismo), que se consolidou⁵ entre a década de 1970 e o início da década de 1990, além de não surtir plenamente os efeitos desejados, alimentou uma série de tensões e enfrentamentos a partir das classes subalterna e até mesmo em frações das classes dominantes. Diante desse quadro caótico, suscitado pela incapacidade das políticas neoliberais de maximizar a acumulação, as classes dominantes estabeleceram e operam atualmente, uma nova sociabilidade, a qual Castelo (2013) nomeia Social-Liberalismo. Embora suscetível a algumas variações, de forma geral, o social-liberalismo foi pensado para “corrigir” os rumos do chamado neoliberalismo puro⁶. - Esse novo arranjo, operaria um controle da força de trabalho, bem como um controle social, evitando os “focos de tensão” gerados pelo neoliberalismo puro. O Estado nesse modelo, não seria desidratado, mas sim operaria nos marcos do neoliberalismo ao mesmo tempo em que legitimaria o bloco histórico vigente e conservaria a sua hegemonia. Contudo, tal processo de refuncionalização da sociedade civil é marcado por contradições internas, com intelectuais liberais teorizando sobre a “importância do assistencialismo” praticado pelo capital e estimulando a ação filantrópica e a responsabilidade social do capital e com ex-marxistas formulando sobre a importância do “terceiro setor” ou da economia solidária, num evidente processo de transformismo (CASTLO, 2013).

Na segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamada *social-liberalismo* (grifo do autor) -, promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculada as lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores (CASTELO, 2013, pág. 248).

Embora de matriz liberal, o social liberalismo se constitui em uma tentativa de

veis na luta pela emancipação da humanidade. Contudo, enfatiza-se que abandonar o antagonismo entre as classes configura em uma estratégia perigosa, pois, a nosso ver, não há emancipação sem a construção de uma outra hegemonia. Concordamos com Loureiro (2006, p. 106) de que “é preciso que a diversidade seja respeitada, mas faz-se também premente amadurecer e descobrir formas de aproximação, em termos de objetivos conjunturais e comuns, e compreender que em sociedade as formas organizadas disputam hegemonia e não apenas a convivência respeitosa e plural.”

5 Na realidade as forças políticas que haviam se mobilizado desde a década de 1940 (mesmo em um contexto de forte crescimento econômico e da sociedade capitalista como um todo) contrárias ao que chamavam de amarras do Welfare State contra as liberdades coletivas e, sobretudo, individuais, no bojo da crise da década de 1970 voltaram a se organizar e ganharam novo fôlego com a tentativa de recomposição burguesa de então. As formulações dos intelectuais orgânicos que, desde a década de 1940, faziam o contraponto ao *Welfare State* e ao *New Deal*, principalmente Friedrich August Von Hayek e a *Sociedade de Mont Pélerin*, não só conheceram um recrudescimento, como ganharam grande vitalidade no contexto do neoliberalismo da década de 1970. O fato é que as orientações do neoliberalismo comandaram uma reforma do Estado tanto nos países centrais do capitalismo, quanto na periferia. A Sociedade de Mont Pélerin foi fundada em 1947. A mesma se compõe de uma gama de combativos intelectuais orgânicos do capital, ligados a fração financeira das classes dominantes. Tal sociedade tinha Hayek como um dos principais formuladores e trabalhou pacientemente na difusão de Idéias contra o Welfare State desde a década de 1940, vindo a se consolidar como referência dos preceitos neoliberais na década de 1970.

6 O neoliberalismo puro, mais alinhado as formulações de Mont Pélerin, argumentava que as desigualdades sociais eram saudáveis e necessárias para a boa dinâmica do capitalismo. Já o social-liberalismo advogava (com um verniz “humanista”) que a acumulação dos ricos forma uma poupança e essa “gotejaria” sobre as classes subalternas na forma de investimentos, assistencialismos e atenção à “questão social”(CASTELO, 2013).

conciliar os interesses das classes, baseada na cooperação e buscando uma face mais humanizada do capitalismo. Tal concepção se coloca entre o Estado de Bem-Estar e o Neoliberalismo, negando a centralidade do trabalho e pregando a superação da luta de classes. Assim, urge entender que a diferença fundamental entre o neoliberalismo e a terceira via está no fato dessa última apontar para a expansão do estado para a sociedade civil, operando assim um ‘alívio’ das funções do Estado, em nome de organismos na sociedade civil – Organizações Sociais (OSs); Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) - capazes de exercê-las com mais “eficiência”⁷.

Tal processo de criação organismos “não estatais”, alinha-se com o estado integral categorizado por Gramsci (2011) operando como um par dialético (LIGUORI, 2007), Estado e sociedade civil, se entrelaçam dialeticamente e é nesse sentido que se entende aqui a natureza das OSs, ONGs e OSCIPs. Nessa perspectiva, a complexificação da sociedade civil brasileira (Ocidentalização nos termos de Gramsci) conheceu um momento de consolidação no período entre as décadas de 1950 e o final da década de 1970, quando surgiram e atuaram de forma contundente Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), tanto ligados às classes subalternas, quanto às classes dominantes (DREIFUSS, 1981)⁸. Tal embate conheceu seu auge durante os anos de 1980, quando as frações da burguesia comandaram um vigoroso procedimento de criação/reconfiguração/re alinhamento de APHs, no período de 1980 a 1988 (CASIMIRO, 2016). Apesar da multiplicidade desses APHs todos tinham como questão de fundo a “humanização” do capitalismo, no escopo do neoliberalismo de terceira via. A luta de classes desse período travou-se na Assembleia Constituinte de 1988, com a articulação desses APHs objetivando conduzir os trabalhos da constituinte no sentido de garantir os interesses das diversas frações da burguesia e de solapar as aspirações das classes subalternas no conjunto de leis da nova constituição.

Passado a constituinte e com a “redemocratização” do país, esses APHs passaram a atuar na massificação de uma nova “mentalidade empresarial” no país. Garantida a orientação liberal no escopo da constituição de 1988, agora seria hora de operar uma profunda reconfiguração no Estado, baseada, sobretudo, na substituição de diversas

7 A crise estrutural do capitalismo do final da década de 1960, lançou as classes hegemônicas na busca de um novo arranjo que se baseou (não somente, mas principalmente) nas concepções de Giddens (1996), na constituição teórica da chamada Terceira Via, baseado na atuação dos aparelhos privados de hegemonia⁸, na responsabilidade social do capital em desfechos interesses “comuns” da sociedade sem, obviamente, questionar as relações de produção que exploram as classes trabalhadoras e nem a acumulação privada da riqueza. Na base das concepções da Terceira Via está a questão de lidar com a complexidade das políticas sociais, aspecto que o neoliberalismo, definitivamente, não soube “administrar”. A receita da Terceira Via consiste em uma redefinição da sociedade civil, isto é, uma **sociedade civil ativa**, que atue no interior do estado restrito, buscando horizontalizar as relações e participar dos processos decisórios (conselhos, audiências públicas, etc.), configurando assim uma **cidadania ativa** (MARTINS, 2010).

8 Segundo o autor, as classes hegemônicas no país, agindo de forma orgânica, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, se unificam sob a liderança de APHs como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que ganhou novos contornos e passou a atuar como uma disseminadora do pensamento conservador/liberal na sociedade brasileira. Tais APHs com os escritórios de consultoria techno-empresarial o que Dreifuss (1981) denominou “elite orgânica”, ancorada na defesa implacável da propriedade privada e nos valores liberais

de suas funções por estruturas de uma “renovada” sociedade civil composta por ONGs, OSCIPs, Fundações, etc. Pode-se mesmo caracterizar essa sociedade civil a partir desses APHs, que se converteram em organizadores da vontade “coletiva” de dominados e subalternos. Ou seja, esses APHs configuram-se em intelectuais no sentido gramsciano e as classes ou frações de classe que estão no poder, operam uma unidade orgânica entre estado restrito e sociedade civil; coerção e consenso. Formando assim o estado integral ou estado ampliado. Assim, para a manutenção de sua hegemonia, uma classe ou fração precisa inserir seus intelectuais (individuais ou coletivos) no estado estrito, para que os mesmos trabalhem para a manutenção de seus interesses como prioritários, essa é a essência do estado ampliado (MENDONÇA, 2014).

É nesse sentido que um novo bloco histórico se formou no Brasil, a partir do movimento das classes dominantes dos países centrais do capitalismo e sob comando de organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, a partir da década de 1990. A tentativa de recomposição das sociabilidades burguesas, abaladas pelas profundas desigualdades agravadas pela imersão do país nos preceitos neoliberais (no final dos anos de 1970) provocou uma tentativa de repactuação das relações entre as frações da burguesia e entre a burguesia e as classes subalternas. Na base da tentativa de recomposição burguesa que vem sendo operada nessas primeiras décadas do século XXI, estão características como a formação de um “cidadão de novo tipo” (NEVES, 2005); uma ampliação do estado, com a execução de políticas sociais de diversos níveis deixando de ser estatal e se deslocando (de forma precária e focalizada) para agentes da sociedade civil (ONGs, OSCIPs, Fundações Empresariais e outras); uma atuação mais “humana” dos agentes do mercado (Responsabilidade Social Empresarial) e um barateamento da mão de obra via perda de direitos trabalhistas.

Assim, o presente trabalho objetivou analisar algumas atividades de conformação, empreendidas pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC), localizada no município de Duque de Caxias - RJ (a mais complexa refinaria da Petrobras), junto a população de seu entorno. A partir de um referencial teórico marxista, ancorado no arcabouço conceitual de Antônio Gramsci, empreendeu-se uma pesquisa documental, que abrangeu o “Programa Petrobras Socioambiental” e, preliminarmente, concluiu que as atividades de responsabilidade social da empresa, orientadas pelas formulações basilares do “neoliberalismo de terceira via” e alinhadas com as orientações do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) são utilizadas como ferramentas na construção de uma conciliação de classes no distrito de Campos Elíseos, onde se localiza a REDUC.

PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL: EDUCANDO O CONSENSO EM DUQUE DE CAXIAS A PARTIR DAS FORMULAÇÕES RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IBP

Dentro do processo de aprofundamento da ocidentalização da sociedade brasileira, descrito por Dreifuss (1981) o período que precedeu a ditadura civil militar de 1964 foi de grande importância na formação de APHs que representavam os interesses das diversas frações da burguesia. Criado em 1957, o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP)⁹ surgiu da necessidade de organização da burguesia industrial brasileira decorria de dois fatores: disputar espaço dentro do estado para seus interesses, lutando ombro a ombro com outras frações da burguesia, notadamente a fração agrária e conter a mobilização do movimento operário, que demonstrava então grande capacidade de organização e enfrentamento político (MARTINS, 2005). Atualmente o instituto passou a influenciar de forma decisiva na legislação sobre a exploração de petróleo no Brasil. O Instituto tem hoje forte capilaridade em toda a cadeia de produção do petróleo, gás e biocombustíveis e atua como catalizador/formador dos interesses da fração industrial da burguesia “brasileira”. Desde 2007, o IBP passou a se chamar Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, o que mostra sua importância como intelectual coletivo catalizador da vontade de uma extensa fração burguesa. Exemplo muito ilustrativo de sua atuação no estado estrito, foi sua influência na formulação do marco legal do petróleo vigente no país – Lei 4567/16.

A análise da atuação do IBP e sua formulação entre as empresas associadas indica que o instituto se filia ao projeto de educação de novas sociabilidades comandado por organismos internacionais, na formação de um novo bloco histórico no pós-década de 1970. Nas palavras de Gramsci (2011) “(...) o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados a iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2011, p. 267)”. Assim, as ações do IBP, oscilam entre a adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a formação intelectual e moral de jovens para dar continuidade a mentalidade mercadológica das empresas nas comunidades onde atuam e formar/conformar sua força de trabalho. A busca por uma sociedade “harmônica”, onde os conflitos entre classes sejam superados e substituídos pelo calabracionismo, pelo empreendedorismo formam o cerne dos documentos recomendatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para os países da periferia do capitalismo entre o final do século XX e o início do século XXI.

9 O Instituto foi formado com objetivo de capacitação técnica para a exploração do petróleo, contudo, sua ligação com a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC), um APH da burguesia que atuava na busca da consolidação de interesses da fração industrial (inclusive os setores de mineração, petróleo e energia) junto ao estado estrito, já dava indicações que o IBP logo se transformaria em um elo orgânico entre sociedade civil e a sociedade política –consolidando uma ampliação do Estado. Evidência disso está na própria ata de fundação do IBP, o fundo social na época era composto por doações de grandes empresas de setores da produção industrial do Brasil e do exterior como Petrobrás, Shell, Ypiranga, Cia. Estrada de Ferro Santos a Jundiá, Union Carbide do Brasil S.A., Petrochor Indústria Petroquímica S.A. e outras.

Foi justamente neste período que o IBP incorporou práticas de responsabilidade social e sustentabilidade, formando inclusive uma comissão¹⁰ para esse fim. Atualmente

Com apoio da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, o IBP fomenta uma indústria de petróleo, gás e biocombustíveis ética e socialmente responsável. Faz ainda uma série de sugestões para aprimorar a prática da sustentabilidade, na qual o crescimento econômico caminha junto com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social. A Instituição estabelece parcerias e o intercâmbio de informações e experiências com entidades nacionais e internacionais relacionadas aos temas ligados à responsabilidade social, com suporte da comissão formada por empresas do setor e funcionários do IBP. O IBP contribui também para a definição, disseminação e implementação de iniciativas e ferramentas que permitam que as companhias associadas incorporem conceitos e práticas socialmente responsáveis em suas tomadas de decisão e gestão de seus negócios (IBP, 2018).

Criada em 2002 a Comissão de Responsabilidade Social do IBP(CRS) articulou no âmbito das empresas associadas, elementos da nova sociabilidade do capital, sob uma nova pedagogia em sua relação com a sociedade, sobretudo com as comunidades do entorno das empresas. As práticas de Responsabilidade Social (RS) cumprem uma dupla função: conformar as populações circunvizinhas em relação ao risco socioambiental trazido pelas atividades de produção, exploração do petróleo e aumentar o valor de mercado das empresas, visto que, a RS se configura como um ativo de mercado atualmente. Nesse sentido, a CRS tem trabalhado na orientação das empresas para cumprir a função de promotores do consenso e da “parceria” entre capital e trabalho, empresa e comunidade. Os ODS da ONU tem balizado as concepções e ações da CRS. Contudo, tais “objetivos” são altamente questionáveis dentro dos marcos gramscianos. A busca por uma “concertação social” baseada na harmonia entre as classes seminais do capitalismo, esconde uma tentativa de manutenção da hegemonia das classes dominantes.

Apartir das orientações dos organismos internacionais e alinhada com as formulações sobre responsabilidade social do IBP, a Petrobras implementa o Programa Petrobras Socioambiental. Seguindo o receituário do social-liberalismo, os projetos desenvolvidos em tal programa levam a cabo uma estratégia de conciliação e conformação de classes, sempre baseados em uma reformulação da sociedade civil e no modelo de parcerias, o programa consiste na escolha, a partir de um edital de seleção, de projetos para serem desenvolvidos nas comunidades circunvizinhas das unidades industriais da empresa em todo o país. O programa surgiu em 2013 e teve origem na fusão de outros programas desenvolvidos pela empresa nas áreas sociais, culturais, ambientais e esportivas¹¹. Contudo, a partir de 2013

10 Na estrutura do IBP as comissões técnicas são consideradas a “alma do instituto”. Formadas por profissionais de diversas empresas, são elas que conferem a direção técnica, intelectual e moral do instituto.

11 O Programa Petrobras Socioambiental foi lançado em novembro de 2013, a partir da experiência de programas anteriores. A iniciativa reúne os Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental, além de incorporar e ampliar os programas Petrobras Esporte & Cidadania e Integração Petrobras Comunidade(PETROBRAS, 2018a).

tal iniciativa ganha importância na consolidação de uma “sociedade civil ativa”, uma vez que essa se constitui no “espaço de encontro com o outro e da realização do ‘eu’ no sentido da promoção da coesão social (MARTINS, 2010, pág. 72).



O edital de seleção de 2018, evidencia aspectos concernentes ao social-liberalismo¹², na medida em que fortalecesse o protagonismo de organismos do chamado Terceiro Setor, em uma perspectiva funcionalizada de sociedade civil – a sociedade civil ativa.

Serão aceitas inscrições de projetos de entidades privadas sem fins lucrativos que componham o terceiro setor, legalmente constituídas e administradas segundo as leis brasileiras e organizadas em prol de interesses coletivos previstos no escopo das linhas de atuação desta Seleção Pública (PETROBRAS, 2018a).

Um exame dos projetos inseridos na rubrica Integração Petrobras Comunidade (escolhida aqui por ilustrar a responsabilidade social praticada pela empresa, em conformidade com as novas sociabilidades do capital) evidencia aspectos importantes da pagadoria da hegemonia (NEVES, 2005) praticada pela empresa, em nosso caso pela REDUC, junto as comunidades circunvizinhas em busca de uma conformação da população local. Segundo a empresa:

A seleção pública Integração Petrobras Comunidades foi desenvolvida para complementar nossos programas corporativos de patrocínio. Com edições em 2011 e 2013, reforçamos nosso compromisso de contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde atuamos (PETROBRAS, 2018b).

A seleção acima escolheu projetos para serem desenvolvidos no período de dois anos: 2012-2013 e 2014-2015, respectivamente. Os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, foram agrupados em uma região pelo edital e só tiveram seleções no ano de 2013, para desenvolver projetos em 2014-2015. Dos 208 projetos inscritos, 52 foram selecionados, sendo 18 no Espírito Santo e 34 no Rio de Janeiro. Destes 34 projetos apenas 4 foram desenvolvidos no município de Duque de Caxias.

¹² No presente texto, embora tenha-se optado pelas ponderações de Castelo (2013) a respeito do Social-Liberalismo, como base teóricas para nossa investigação, é importante ressaltar que a produção da professora Lúcia Neves no âmbito do Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense a cerca das “mudanças” no bojo do neoliberalismo, sobretudo a partir do final dos anos 1980, processo denominado pelo citado grupo de pesquisadores de Neoliberalismo de Terceira Via, também constitui importante contribuição para pensar tal processo e, por isso, são referenciadas em diversos momentos de nosso texto.

Projeto	Instituição
Inclusão e Trabalho Nome da instituição:	Fundec - Fundação de apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias
Projeto: Cozinha Escola Comunitária	União dos Brigadistas e Resgatistas Ambientais do Processo Apell de Duque de Caxias - UBRAPA
Espaço da Imaginação	Associação Brasileira Terra dos Homens
Crescendo em Cultura e Arte	Projeto Crescer

Tabela 1: Programa Integração Petrobras Comunidade, Duque de Caxias, RJ, 2014-2015

Fonte: Petrobras, 2018c.

A FUNDEC existe até os dias atuais, configura-se em uma agência do Estado Restrito, com forte atuação em todos os bairros do município no sentido de preparar a mão de obra para o trabalho simples (MELO; MARTINS; SOUZA; FALLEIROS; NEVES, 2015). Tais objetivos deixam evidente a intenção de trabalhar na conformação de um cidadão produtivo, que atenda aos interesses do capital, isto é, com um modo de pensar e de viver específico.

A FUNDEC tem por missão desenvolver ações articuladas, para efetivação de políticas públicas transformadoras, de responsabilidade social e democrática, visando a participação dos sujeitos, nas diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, num olhar globalizado. No âmbito de suas ações, a Fundação promove e facilita o acesso dos cidadãos duquecaxienses à formação inicial e qualificação profissional, com possibilidades reais de “trabalhabilidade” e de geração de renda, além de promover pesquisas diagnósticas e a aproximação das áreas ligadas à cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, intimamente relacionadas às ações realizadas (FUNDEC, 2018).

A “missão” acima apresentada encerra uma contradição, fala de políticas públicas “transformadoras”, ao mesmo tempo em que se submete aos preceitos neoliberais de terceira via (NEVES, 2005) contidos nas expressões “responsabilidade social” e “trabalhabilidade”. Logo, fica exposto que o conceito de transformação pelo trabalho divulgado pelos objetivos da FUNDEC nada tem de emancipador, ao contrário, carrega um profundo conteúdo de responsabilização individual, na formação daquilo que (FRIGOTTO, 2003) denominou cidadão produtivo. Incentivar a prática esportiva, promover/financiar atividades ligadas a arte e a pesquisa científica são objetivos que desapareceram da atual configuração da FUNDEC. A rigor apenas as atividades de formação de mão de obra para as empresas figuram como ações da fundação.

A União dos Brigadistas e Resgatistas Ambientais do Processo Appel de Duque de Caxias (UBRAPA), faz parte da Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE). Que reúne onze empresas¹³ do pólo petroquímico com objetivos que

¹³ ALE COMBUSTÍVEIS; ARLANXEO; BRASKEN; IPIRANGA; LIQUIGÁS BR; NITRIFLEX; BR PETROBRAS; PETROBRAS DISTRIBUIDORA; SUPERGASBRAS; TRANSPETRO E ULTRAGAS.

abrangem a responsabilidade social, Educação Ambiental e alerta/prevenção de acidentes. Embora a ASSECAMPE apregoe uma pertença neutralidade e uma aura de sensibilização das empresas com as condições de existência material da população do entorno, trata-se da ponta de um sistema de amortecimento, convencimento e conformação dessa população. Em sua “missão” já fica exposto este aspecto que está alinhado aos preceitos do neoliberalismo de terceira via

Executar ações estruturadas e planejadas que contribuam para o desenvolvimento sustentável de suas associadas, oferecendo a estas e às comunidades de entorno soluções que visem o incremento e/ou melhoria da segurança, capacitação, empregabilidade, infraestrutura, rentabilidade e responsabilidade socioambiental (ASSECAMPE, 2018a).

Salienta-se também, que a ASSECAMPE pode ser considerada um APH que atua mais na implementação que na formulação das novas sociabilidades do capital, o que é ilustrado pela sua “visão”

Tornar-se autossustentável até 2022, sendo vista como uma referência entre as Associações de Empresas, na defesa dos interesses comuns de suas associadas e das comunidades de entorno, tornando-se importante parceira para o desenvolvimento empresarial na área de abrangência da Associação (ASSECAMPE, 2018a).

A Associação Brasileira Terra dos Homens é uma ONG que atua na área de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados. Quanto ao projeto desenvolvido com patrocínio da Petrobras não se conseguiu maiores informações. O site desenvolve um histórico de desenvolvimento de projetos por parte da ONG, mas esse especificamente não consta da relação. Já o Projeto Crescer é um projeto criado pela Igreja Batista Jardim Olavo Bilac, com obtivo de cuidar das necessidades “educacionais, espirituais e sociais” das crianças. O projeto funciona ativamente, mas no seu blog não encontramos nenhuma informação sobre a natureza de sua participação no Programa Petrobras Socioambiental.

TEMA	SUBTEMA
1. Respeito aos Direitos Humanos e combate à discriminação	1.1 – Equidade de Gênero 1.2 - Igualdade Étnico-racial 1.3 – Inclusão de pessoas com deficiência
2. Promoção da Ética, Integridade e Transparência	-----
3. Disseminação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	-----
4. Desenvolvimento e Difusão da Ciência e Tecnologia	-----
5. Promoção de Medidas Ecoeficientes.	-----

Tabela 2: Programa Petrobras Socioambiental – Temas Transversais

Fonte: Petrobras, 2018(d).

Ainda sobre o Programa Petrobras Socioambiental, salienta-se que atualmente ele agrega projetos segundo seis linhas de atuação: Biodiversidade; Florestas e Clima; Água; Direito da Criança e do Adolescente, Educação e Esporte. Importante ainda destacar o público para o qual os projetos se direcionam: mulheres, negros, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, crianças e adolescentes e juventude. Por fim, ainda vale observar os temas transversais que balizam a seleção dos projetos para o programa (Tabela 2).

Importante notar que entre os temas transversais não há nenhum que remeta ao aspecto classista da sociedade. Essa se configura em uma das principais características do neoliberalismo de terceira via, qual seja, a negação da luta de classes e a ênfase na focalização de políticas sociais pontuais, destinadas a determinados grupos da população.

CONSIDERAÇÕES

A complexa arquitetura do estado ampliado brasileiro percorreu caminhos peculiares que resultaram de uma profunda ocidentalização da sociedade no país. Os trabalhos de Dreifuss (1981) e Casimiro (2016) evidenciam bem esse fato. Ainda que tendo ingressado de forma “tardia” nas formulações do capitalismo de terceira via, por conta do período de “redemocratização do país”, a burguesia brasileira tem mostrado uma grande “sensibilidade” na apreensão/absorção/reconfiguração das vontades coletivas das classes subalternas. É nesse sentido que procurou-se analisar aqui o processo de “humanização” do capitalismo operado pelas classes hegemônicas no Brasil. A construção de um conjunto de APHs desde meados da década de 1950 até o início dos anos 1990 e o aprofundamento de sua atuação nesses primeiros anos do início do século XXI, ilustra no país, um momento de grande desequilíbrio na correlação de forças entre as classes seminais do capitalismo. Assim, entendendo o IBP como um importante intelectual orgânico coletivo, representante e organizador dos interesses de importante fração da burguesia nacional, é que se faz a leitura dos programas de responsabilidade social/educação ambiental da Petrobras. O aspecto da luta de classes “desapareceu” de seus temas transversais e a luta das classes subalternas por uma outra hegemonia se torna cada vez mais complexa, desigual, o processo de elevação intelectual e moral do proletariado brasileiro ainda se mostrará longo e árduo, mas concordamos com Gramsci que a construção de uma outra hegemonia é possível e necessária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

Associação Brasileira Terra dos Homens. http://www.terradoshomens.org.br/pt-BR/mission_visions. Acesso em 19/6/18.

Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE). **Valores**. [http://www.assecampe.com.br/valores.html\(2018a\)](http://www.assecampe.com.br/valores.html(2018a)). Acesso em 20/6/18.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Tese de Doutorado em História Social. Inst. De Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. UFF. Niterói, RJ, 2016.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. Pág. 21-43.

DREIFUSS, R. A. **1964, A CONQUISTA DO ESTADO**: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Fundação de apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC). <http://www.fundec.rj.gov.br/sobreafundec.php>. Acesso em 20/6/18.

GRAMSCI, A. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. COUTINHO, C. N. (organizador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP. **Agenda da Indústria, 2017**.

_____. **Código de Ética**. Disponível em <https://www.ibp.org.br/quem-somos/>, acesso em 20/2/18.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

_____. Estratégias burguesas para a obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. In: NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo, Ed. Xamã, 2005. Pág. 127-143.

MELO, A. A. S. de; MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; FALLEIROS, I.; NEVES, L. M. W. Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS; NEVES. **Educação básica**: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015. Pág. 23-44.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: **Revista Marx e o Marxismo**. v.2, n. 2, jun/jul, 2014. Pág. 27-43.

MONTANHO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortes, 2011.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

PROJETO CRESCE. <http://projetocrescerpib.blogspot.com/2011/07/dados-sobre-instituicao-1.html>. Acesso em 19/6/2018.

PETROBRAS. **Programa Petrobras Socioambiental**: Seleção Publica, 2018(a). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/selecoes-publicas/selecao-2018/>, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental**: Seleção Publica de 2011 e 2013, 2018(b). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental**: Resultados (2018c). http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/files/pdf/2013_IPC_RJ_ES_Resultados.pdf, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental. Sobre (2018d)**. <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>. Acesso, 20/6/18.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 10, 31, 80, 156, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 242, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 281

Alfabetização matemática 249, 250, 251, 252, 255, 256, 258, 260

Aprendizagem 19, 20, 25, 32, 33, 34, 38, 39, 43, 47, 50, 51, 58, 61, 65, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 98, 101, 107, 108, 109, 110, 116, 126, 127, 128, 156, 157, 160, 172, 179, 190, 201, 202, 203, 205, 206, 213, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 254, 256, 257, 262, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 279

Atendimento pedagógico hospitalar 262

Avaliação 8, 12, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 94, 98, 102, 104, 119, 120, 134, 152, 163, 166, 174, 199, 228, 229, 231, 238, 241, 265, 276, 277, 279

B

Banco Mundial 12, 13, 14, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 142, 143

Base Nacional Comum Curricular 38, 39, 52, 168, 179, 206, 224

C

CACS 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91

Coerência 18, 65, 77, 116, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 222, 223, 224

Coesão 145, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 222, 223, 224

Concepção de história 181, 183, 184

Conhecer 4, 50, 56, 59, 77, 78, 124, 170, 173, 228, 231, 265, 275

Conhecimento 4, 7, 8, 13, 19, 20, 28, 33, 42, 43, 44, 47, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 88, 98, 101, 102, 108, 109, 113, 114, 116, 129, 132, 136, 146, 156, 157, 161, 165, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 180, 186, 199, 202, 203, 206, 210, 216, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 244, 253, 254, 255, 256, 259, 264, 266, 270, 274, 277, 279

Contemporaneidade 40, 42, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 168, 169, 170, 172, 175, 178, 179, 224

Councils 82, 83

D

Desafios docentes 93, 95

Desafios sociais 112

Design 78, 223, 243, 244, 245, 248

Dificuldades 31, 34, 47, 86, 107, 123, 126, 155, 224, 226, 228, 231, 254, 258, 259, 263, 270

Docência 123, 125, 127, 155, 167, 168, 170, 172, 254, 260, 274, 275, 279, 281

E

Educação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 224, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Educação à distância 233

Educação básica 15, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 51, 52, 85, 87, 91, 92, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 149, 190, 201, 230, 232, 250, 259, 260, 272, 274, 279, 281

Educação de surdos 151, 152, 154, 156, 157, 158

Educação infantil 25, 41, 43, 45, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 133, 134, 155, 158, 161, 168, 169, 171, 174, 175, 177, 179, 266

Educação Matemática 201, 202, 205, 206, 207, 244, 248, 249, 259, 281

Educação não formal 27, 28, 31, 32, 33, 98

Educação virtual 233

Ensino 12, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 69, 70, 71, 76, 78, 82, 83, 91, 95, 98, 102, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 190, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 276, 277, 279, 281

Ensino fundamental 21, 22, 30, 31, 41, 45, 46, 47, 53, 133, 135, 155, 158, 208, 209, 210, 224, 226, 227, 229, 230, 232, 245, 246, 249, 250, 257, 266

Ensino remoto 199, 226, 227, 228, 232

Escuta pedagógica 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 110

F

Fazer docente 98, 168, 169, 172, 174, 179

Formação cidadã 51, 129, 130, 135, 136

Formação continuada 60, 96, 97, 167, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 190, 204, 249, 250, 252, 254, 255, 258, 259, 260, 279

Formação de professores 100, 103, 106, 111, 112, 116, 117, 120, 121, 157, 158, 160, 179, 180, 191, 199, 205, 260, 281

Formação em serviço 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110

Funções de apoio 274

G

Gêneros do jornal 208, 214, 224

GeoGebra 204, 243, 244, 245, 246, 248

Gestão do conhecimento 44, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 274

Gestão escolar 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 90, 175, 280, 281

Grounded theory 249, 250, 261

H

História da educação 129, 152, 156, 157, 167, 205, 207

I

Inspetor escolar 274, 277, 278

Intervenção didática 208, 218, 219, 223

L

Legislação educacional 12, 21, 229

Lúdico 255, 262, 264, 267, 268, 269

M

Migração contemporânea 27, 28, 29, 37

N

Neoliberalismo 1, 2, 8, 40, 53, 87, 103, 110, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 149

O

Objetivos 5, 18, 20, 21, 31, 33, 35, 43, 47, 50, 64, 66, 67, 71, 72, 96, 117, 123, 125, 126, 127, 140, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 155, 161, 164, 176, 177, 179, 233, 235, 241, 243, 244, 255, 256, 257, 265, 275, 276

Objeto matemático 243, 244

P

PIBID 123, 124, 125, 126, 127, 128, 281

Política educacional 20, 26, 53, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 145, 161, 165

Políticas públicas 12, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 45, 48, 53, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 102, 104, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 146, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 199, 233, 236

Prática docente 38, 39, 48, 49, 50, 58, 108, 124, 171, 178, 226, 227, 231

Práticas educativas 27, 31, 35, 78, 230

Projetos 13, 16, 21, 22, 23, 24, 31, 69, 77, 78, 79, 80, 98, 110, 133, 144, 145, 147, 148, 201, 202, 205, 237, 238, 239

Public education 82, 83, 152, 169

R

Refletir 10, 16, 77, 78, 96, 98, 103, 112, 118, 120, 128, 154, 208, 213, 227, 231, 249, 252, 253, 254

Relatos 34, 79, 108, 110, 123, 175, 209, 252, 258

S

Síndrome comportamentalista 1, 2, 3, 4, 10

T

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) 169, 201, 202, 205

Teoria positivista-funcionalista 181

Trabalho pedagógico 55, 56, 226, 228, 229, 231, 253, 255, 260, 262, 264

Transposição didática 123, 126

U

Universidade 12, 17, 18, 25, 27, 28, 37, 75, 77, 78, 82, 93, 94, 95, 98, 100, 106, 112, 121, 129, 145, 151, 152, 154, 155, 162, 164, 165, 167, 178, 179, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 207, 209, 224, 226, 234, 248, 249, 266, 273, 274, 281



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina